

IMPACTOS DO FRACASSO DAS POLÍTICAS ESTADUAIS DE REVITALIZAÇÃO DA PEQUENA E MÉDIA COTONICULTURA¹

José Sidnei Gonçalves²

1 - INTRODUÇÃO

A construção da hegemonia da cotonicultura dos cerrados no vácuo que o surto de importações impôs à cotonicultura brasileira com o desmantelamento da cotonicultura meridional não representou apenas uma mudança espacial da produção do algodão em pluma, mas a estruturação das mega lavouras da nova cotonicultura mecanizada em todas as suas operações produtivas. Mas dada a tradição e importância econômica e social da cotonicultura de pequenos e médios produtores existentes em várias unidades da federação brasileira, mesmo em Mato Grosso e na Bahia, em especial na Zona Meridional do Paraná e São Paulo, estruturalmente concebida e desenvolvida com intensa adoção de inovações tecnológicas geradas por instituições brasileiras, várias foram as tentativas de revitalização da atividade, uma vez que dentre as lavouras anuais de grãos e fibras, a renda por unidade de área do algodão se mostra muito superior a obtida com a soja e o milho.

O objetivo deste trabalho consiste em analisar as experiências fracassadas de revitalização da cotonicultura de pequenas e médias lavouras, avaliar em seguida, os impactos estruturais em termos da desestruturação da produção meridional de algodão e, numa abordagem aprofundada com a pesquisa de campo com os ex-cotonicultores de três espaços relevantes desse algodão paranaense e paulista buscar traçar o que aconteceu com esse contingente produtivo.

Nas terras paranaenses e paulistas, essa busca representava também a força social de um significativo contingente de produtores modernos que não encontram noutras *commodities* como a soja e o milho, as mesmas possibilidades capazes de prover a geração de renda e

emprego para as respectivas famílias, compatíveis com as produzidas até então pelo algodão. Isso porque se mostram visíveis nos espaços geográficos em que havia prevalecido a produção algodoeira, o nítido empobrecimento decorrente da queda dos padrões de renda e das oportunidades de emprego para as famílias que haviam se dedicado ao cultivo dessa fibra por inúmeras gerações e agora tiveram que buscar outras ocupações, pois nas palavras de um velho ex-cotonicultor entrevistado, “foi como se a economia tivesse-lhes tirado o chão debaixo de seus pés e vagasse sem destino a esmo pelo mundo”.

2 - EXPERIÊNCIAS DE REVITALIZAÇÃO DA COTONICULTURA DE PEQUENAS E MÉDIAS LAVOURAS

Na conjuntura de preços mais favoráveis do algodão em pluma, resultante direto do câmbio com a moeda brasileira desvalorizada, houve tentativa de recuperação na cotonicultura meridional nos primeiros anos do século XXI. O estímulo de preços mais remuneradores fez aumentar de forma significativa a produção paranaense de algodão na safra 2003/2004 em relação à anterior. “A Cooperativa Central de Algodão (COCEAL), com sede em Ibiporã, na região Norte-Central paranaense, está trabalhando 24 horas ao dia para receber a produção regional de algodão que nesse ano será mais que o dobro da safra 2002/2003. A expectativa da direção da COCEAL é beneficiar 750 mil arrobas contra 300 mil da safra passada. Desse total, cerca de 15% é de colheita mecânica. Caminhões fazem fila no local de entrega e a cooperativa teve que contratar mais operadores na última semana, com a colheita chegando ao pico. Apesar da falta de chuva, a produção está sendo considerada boa, com média de 400 arrobas por alqueire. A COCEAL atende cooperados da Integradra, COROL e COFERCATU e nessa safra teve que aumentar

¹Cadastrado no CCTC, IE-56/2007.

²Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (sydy@iea.sp.gov.br).

sua capacidade de recebimento ativando uma máquina da COFERCATU que estava parada há anos. O que mais tem atraído os agricultores para o plantio de algodão é a boa rentabilidade da lavoura, o lucro da cotonicultura chega a ser o dobro da soja, com a vantagem de que a lavoura pode ser plantada em pequenas propriedades e até em sistema familiar. O lucro obtido na safra atual é em média de R\$4 mil por alqueire, enquanto que a soja é de R\$2 mil. O preço do algodão também deu um pulo nos últimos dois anos. Em 2002, a arroba era vendida por R\$9,00, aumentando para R\$19,00 em 2003 e chegando a R\$22,00 na safra atual. A colheita mecanizada na região está sendo feita por seis colheitadeiras alugadas pelas cooperativas de empresas do Mato Grosso” (REGIÃO, 2004).

A esperança era que isso representasse um novo ciclo algodoeiro, com a estrutura técnica avançando com a incorporação da mecanização da colheita, tal qual era característica da cotonicultura dos cerrados. Para isso, o Governo do Estado do Paraná empreendeu medidas que buscavam sustentar essa revitalização, como as adotadas com base no Decreto n. 3.770 de 11 de novembro de 2004 que estabeleceu redução na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os segmentos de beneficiamento e agroindustrialização do algodão. A alíquota do ICMS que era de 12%, passou para 6% nas transações interestaduais e 2,4% para a venda dentro do território paranaense. Ao reduzir a tributação para as agroindústrias, buscava-se propiciar que elas pudessem pagar preços ainda maiores para os cotonicultores, gerando um círculo virtuoso de estímulo ao plantio e, com isso, ensejando novo dinamismo à cadeia de produção do algodão paranaense. Mas os incentivos não tiveram tempo para produzirem efeitos de persistente aumento da área plantada, uma vez que na colheita da safra 2004/2005, os preços do algodão em pluma despencaram, numa conjunção perversa de cotações internacionais cadentes e câmbio sobrevalorizado, gerando enormes prejuízos, o que tiraria o estímulo dos agropecuaristas a perseverar na cultura. Por isso, essa recuperação paranaense foi revertida com nova perda de área plantada na safra 2005/2006, e mesmo no auge ficou em patamares muito aquém dos resultados históricos da cotonicultura estadual.

Na cotonicultura paulista ocorreu pro-

cesso de euforia momentânea pela retomada, similar ao paranaense, mas muito mais tímido em expressão de expansão da área plantada, pois o algodão havia perdido terra de forma irreversível no curto prazo, em função do dinamismo da expansão canavieira, o que impôs limite à magnitude da recuperação. Ainda assim, os cotonicultores realizaram um pequeno aumento da área plantada na safra 2003/2004 e 2004/2005, buscando reduzir o déficit do abastecimento estadual de algodão em pluma, pois produz menos de um quarto de seu consumo, de quase 400 mil toneladas por ano. Outra diferença relevante consiste em que isso se deu em espaços onde ainda existiam cotonicultores ou ex-cotonicultores proprietários de terras, porque no oeste paulista, durante o surto de importações dos anos de 1990, havia sido dizimada de forma irreversível a estrutura produtiva de arrendatários, conquanto nessa região ainda não havia se instalado a concorrência direta com a cana pela ocupação do solo. Para Tadashi Mine, um dos maiores produtores paulistas e brasileiros do noroeste paulista, o Estado de São Paulo tinha a vantagem da facilidade da comercialização de algodão, mas conta com fatores que inibem a expansão da cultura dado que as terras ficaram muito caras por conta do avanço da cana no Estado, ficando difícil e mesmo proibitivo arrendar área para a cotonicultura. Trata-se de um cotonicultor tradicional e moderno, uma vez que Mine planta algodão há 48 anos no país, sendo que em São Paulo ocupa uma área de 2,1 mil hectares, além do que em Minas Gerais esse produtor mantém uma área de 1,1 mil hectares somados a outros 1,6 mil hectares no Mato Grosso (SCARAMUZZO, 2005). Mesmo tendo o incentivo de mega cotonicultores que persistiram na atividade, tal como ocorreu no caso paranaense, a recuperação paulista teve tiro curto, sucumbindo à conjuntura desfavorável dos preços do algodão em pluma nas safras 2004/2005 e 2005/2006, tornada mais dramática com a ocorrência de seca em determinados espaços produtivos do algodão paulista.

A recuperação da cotonicultura meridional não se mostrou alentadora nem mesmo para os grandes produtores paranaenses e paulistas, sendo também esse o destino das tentativas governamentais de incentivar a pequena e média produção de algodão, sem o mesmo desenho de políticas que haviam forjado a hegemonia meridional. A experiência realizada pelo Esta-

do de São Paulo na metade dos anos de 1990 de atuar na contramão da derrocada da cotonicultura meridional, já representava indicações de fracasso das tentativas de reprodução, ainda que com inovações ao antigo padrão. O Governo do Estado de São Paulo com base no Decreto n. 41.767 de 5 de maio de 1997, e recursos do então Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca - atual Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista mantendo a mesma sigla (FEAP) acrescida da denominação de O Banco do Agronegócio Familiar -, estabeleceu o “*Projeto Algodão, a ser implementado na Região do Pontal do Paranapanema, para o financiamento de culturas de algodão, em projetos de parceria rural elaborados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento*”.

O detalhamento desse Projeto do Programa de Desenvolvimento Regional foi dado pela Deliberação CO 14 de 26/08/1997 do Conselho de Orientação do FEAP que definiu o espaço territorial correspondente às regionais de Presidente Prudente e Presidente Venceslau para o financiamento e outras medidas de estímulo à cultura do algodão, em projetos de parceria rural visando aproximar proprietários de terras, arrendatários, parceiros e agroindustriais têxteis. Estabeleceu o custeio da safra na base de R\$740,00/ha com limite de 50 hectares e taxas de juros de 6% ao ano, além da meta de atingir 10 mil hectares em dois ciclos, sendo metade no ciclo agrícola 1997/1998, para o qual destinava-se R\$3,7 milhões. O Governo de São Paulo forneceu a semente da variedade IAC 22 para pagamento no final da colheita em equivalente caroço de algodão, além de financiar metade dos serviços de conservação do solo. Os arrendatários e os parceiros que vieram a integrar o projeto deveriam se organizar em associação ou cooperativa de produtores rurais, ocupariam um módulo mínimo de 10 hectares considerado regionalmente viável para uma família de agricultores e pagariam o máximo de 10% da produção aos proprietários da terra pela parceria num contrato mínimo de três anos. O público preferencial era formado pelos arrendatários e parceiros com experiência no plantio de algodão.

O desempenho do projeto, contudo, conduziu à realidade de completo fracasso, tanto assim que as metas não apenas não foram cumpridas como abandonadas. A ocorrência de problemas climáticos e atrasos nas operações pro-

duativas foram decisivas para que os resultados agronômicos não atingissem níveis satisfatórios, ficando na média de 142@/hectare, além da queda abrupta dos preços do algodão em pluma (43% menores que os esperados) em plena colheita na safra 1997/1998 levando a perdas significativas de rentabilidade. Tentativas menos ambiciosas na safra seguinte (1998/1999) foram realizadas, mas não alteraram a realidade de que para os níveis de preços praticados, o plantio de algodão no regime de parceria ou arrendamento não era viável. Assim, a experiência foi simplesmente abandonada, restando no entanto uma enorme inadimplência que se arrasta desde então sem que sucessivas estratégias de renegociação produzissem a solução do problema.

Em dezembro de 2005, dos 243 contratos do Projeto com saldos devedores junto ao FEAP, num montante de R\$6,3 milhões, 74 produtores haviam renegociado dívidas recebendo como benefícios o alongamento da dívida e o recálculo dos juros devidos, enquanto que, ainda com a concessão de benefícios, 169 produtores não renegociaram suas dívidas permanecendo na inadimplência com dívidas contraídas da ordem de R\$4,7 milhões (Tabela 1). Isso configura uma realidade em que, mesmo com a concessão de financiamentos com taxas de juros de 6% ao ano, inferiores até mesmo às taxas favorecidas do crédito rural oficial, a retomada do cultivo do algodão mediante contratos de parcerias na Região do Pontal do Paranapanema não se mostrou viável. A questão dos preços em função da ocorrência do surto de importação que oferecia vantagens financeiras insuperáveis para a aquisição de produto estrangeiro definiu uma realidade de falta de sustentabilidade para o Projeto Algodão.

Mesmo em Mato Grosso houve tentativa de realizar tal intento, uma vez que “*na safra 2003/04 foram credenciados no PROALMAT, 80 produtores familiares, com uma área total de 300 hectares plantados, distribuídos nos municípios de Pedra Preta, Porto Estrela, Porto Esperidião, Colider, Glória d'Oeste, Nova Guarita, produzindo em torno de 60 toneladas de plumas de algodão colorido que vem se constituindo em um novo nicho de mercado para os produtores do segmento pequeno produtor*” (PROALMAT, 2006). Verifica-se que essa proposta exclui de forma clara os pequenos e médios dinâmico e gerador de renda representado pelo algodão da tradicional pluma branca que perfila dentre os principais

TABELA 1 - Posição da Situação do Financiamento do Projeto Algodão Realizado com Recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), Governo do Estado de São Paulo, Dezembro de 2005

Município	Contratos inadimplentes				
	Valor	%	Número	%	Média
Caiuá	0,00	0,00	0	0,00	0
João Ramalho	123.161,02	2,63	7	4,14	17.594,43
Marabá Paulista	292.922,44	6,26	8	4,73	36.615,31
Rancharia	279.647,12	5,98	10	5,92	27.964,71
Rosana	31.861,55	0,68	2	1,18	15.930,78
Tarabai	152.550,86	3,26	9	5,33	16.950,10
Teodoro Sampaio	3.798.685,07	81,19	133	78,70	28.561,54
Total	4.678.828,06	100,00	169	100,00	27.685,37

Município	Contratos com acordo de renegociação de dívidas				
	Valor	%	Número	%	Média
Caiuá	68.901,16	4,20	1	1,35	68.901,16
João Ramalho	69.397,46	4,23	3	4,05	23.132,49
Marabá Paulista	441.702,74	26,90	13	17,57	33.977,13
Rancharia	360.159,81	21,94	16	21,62	22.509,99
Rosana	17.814,61	1,09	1	1,35	17.814,61
Tarabai	13.069,37	0,80	2	2,70	6.534,69
Teodoro Sampaio	670.695,09	40,85	38	51,35	17.649,87
Total	1.641.740,24	100,00	74	100,00	22.185,68

Município	Total de contratos do Projeto Algodão				
	Valor	%	Número	%	Média
Caiuá	68.901,16	1,09	1	0,41	68.901,16
João Ramalho	192.558,48	3,05	10	4,12	19.255,85
Marabá Paulista	734.625,18	11,62	21	8,64	34.982,15
Rancharia	639.806,93	10,12	26	10,70	24.607,96
Rosana	49.676,16	0,79	3	1,23	16.558,72
Tarabai	165.620,23	2,62	11	4,53	15.056,38
Teodoro Sampaio	4.469.380,16	70,71	171	70,37	26.136,73
Total	6.320.568,30	100,00	243	100,00	26.010,57

Fonte: Relatórios financeiros do FEAP.

segmentos da agricultura do Mato Grosso. Ao invés de propugnar pela construção de mecanismos que propiciassem aos pequenos e médios cotonicultores produzirem algodão em pluma com alta tecnologia, inclusive com colheita mecânica incentivando, por exemplo, a configuração de consórcios ou aluguéis de máquinas, no PROALMAT a ação direcionada a esse perfil de produtores buscava isolá-los num determinado nicho de mercado em formação, e por isso ainda não constituído em bases sólidas. Além disso, pela magnitude dos recursos disponíveis no FACUAL/PROALMAT, os números são insignificantes.

Ressalte-se que mesmo em Mato Grosso, o surto de importações atingiu a pequena produção algodoeira e que nessa realidade se

deu a expansão das mega lavouras. As razões para a atual expressão tímida da pequena e média cotonicultura mato-grossense estão expressas no diagnóstico de que o algodão, *“historicamente, até 1994 era produzido em Mato Grosso, exclusivamente, pela agricultura familiar. Em 1996 entrou o algodão no cerrado e a chegada do PROALMAT fez crescer a área plantada e aumentar a produtividade. O problema é que o algodão em nível nacional - ligado à agricultura familiar - praticamente foi extinto, tanto no Mato Grosso, quanto nos outros estados. O Paraná, por exemplo, era o maior produtor de algodão e a produção vinha dos pequenos produtores. A extinção dos pequenos produtores de algodão se deu em função da política nacional ... Temos que*

tomar uma decisão porque é impossível querer inserir o agricultor familiar - no caso do algodão - na cultura de Mato Grosso, que é conhecido como um dos maiores produtores do Brasil. Os grandes produtores utilizam alta tecnificação e isso dificulta a vida do pequeno produtor. Então no caso do nosso estado, nós temos que trabalhar com um algodão diferenciado para poder competir no mercado. O diagnóstico também revela outros problemas como a questão do crédito, de desunião e desorganização. Esse processo de organização é primordial na cotonicultura familiar” (DUARTE, 2005). O algodão de Mato Grosso não contempla espaço representativo para a pequena e média cotonicultura, não tendo prosperado iniciativas governamentais no sentido de revigorá-la e incorporá-la ao dinamismo da agricultura estadual, mantendo incólume nas prioridades das políticas públicas a preponderância econômica, derivada da política, das mega lavouras.

Outra importante unidade da federação brasileira onde os pequenos e médios cotonicultores foram dizimados, e também ocorreu a expansão dos mega algodoads, foi a Bahia. Nesta unidade da federação houve tentativa de revitalização desse segmento de produtores de algodão, com base no Programa de Revitalização da Cultura do Algodão das Regiões Sudoeste e Médio São Francisco, que na sua primeira fase correspondente à safra 2002/2003, atendeu a 1,2 mil mini produtores com a doação de sementes, insumos e equipamentos, além da capacitação profissional, representando a aplicação de R\$1,4 milhão em valores desse ano, provenientes do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

Os produtores receberam para cada hectare plantado, um *kit* com 12kg de sementes deslintadas, 6 litros de inseticida, 1kg de formicida, 300kg de adubo, um pulverizador manual e um equipamento de proteção individual (EPI). A média das propriedades era de 2,4ha. O objetivo era que, com o uso do *kit*, o pequeno produtor alcançasse uma média de produtividade em torno de 1.800kg/ha (120@), superior ao rendimento médio nacional que é de 1600kg/ha (106,7@). O objetivo era oferecer aos produtores que se encontravam à margem do processo produtivo, as condições necessárias para gerar renda e emprego e encontrar alternativas para que recuperassem o seu crédito junto aos bancos e aos

demais segmentos do mercado. O produtor rural típico, residente no município de Caculé, Heraldo Augusto Santos, 49 anos, casado, sete filhos, recebeu o primeiro *kit*, simbolizando os outros beneficiários. Ele contou que no passado perdeu tudo o que plantou por causa da praga do bicudo, mas conseguiu saldar suas dívidas com o banco. Com o programa, ganhou novo fôlego para tocar sua roça (SEAGRI-BA, 2002).

Os resultados no primeiro ano foram animadores, pois com as intervenções do Programa de Revitalização da Cultura do Algodão, a média de produtividade aumentou cerca de 100% entre os mini produtores da região sudoeste da Bahia, passando de 50@/ha (750kg/ha) para 100@/ha (1.500kg/ha), ainda menor que a meta fixada de 120@/ha (1.800kg/ha). Esse desempenho inferior à meta deriva do fato de que fatores climáticos comprometeram a produção e, ainda assim, os 1,2 mil agricultores atendidos poderão obter em torno de R\$2.000 por hectare plantado com a safra colhida, considerando o preço de R\$20/@. O total da produção de algodão em caroço do sudoeste baiano na safra 2002/2003 chegou a 1,8 milhão de arrobas contra 600 mil arrobas de 2001/2002, ou seja triplicou, ainda que a produtividade média regional tenha recuado 150@/ha para 120@/ha, dado que a área plantada aumentou 4.000 hectares para 15.000 hectares. Esses indicadores de produtividade indicam a maior proporção dos pequenos cotonicultores cujas produtividades ainda que maiores acabaram por puxar a média regional para baixo, pois também entre os médios e grandes cotonicultores, a produtividade subiu de 90@/ha para 150@/ha. Os agricultores que plantaram em novembro e dezembro obtiveram os melhores resultados, pois as plantas sofreram menos com o veranico de fevereiro, sendo que a subsolagem estimulada para descompactação do solo garantiu o melhor aproveitamento da água pela terra, minimizando os problemas climáticos para os que adotaram essa técnica (SEAGRI-BA, 2003a). A verificação do padrão de produtividade conseguido pelos pequenos produtores do sudoeste baiano (100@/ha) ainda que mostre um significativo aumento em vista da implementação do programa (dobrou), mostra-se ainda muito inferior ao patamar alcançado pelas mega lavouras de algodão dos cerrados do oeste da Bahia (200@/ha).

O Governo do Estado da Bahia, estimu-

lado por esses primeiros resultados, persistiu nessa linha implementando a segunda fase para a safra 2003/2004, na qual o Programa de Apoio à Revitalização da Cultura Algodoeira na Região Sudoeste e Médio São Francisco, dobrou sua capacidade, beneficiando 2.400 agricultores distribuídos por 28 municípios. Os investimentos de R\$2,4 milhões em valores nominais, empregados na capacitação e na distribuição de kits de produtividade (sementes, insumos e equipamentos), atendendo exclusivamente aos mini e pequenos produtores, posseiros ou proprietários de imóveis rurais com áreas de até 20 hectares. Dentro do sudoeste da Bahia, prioriza o Vale do Iuiú, que no passado foi uma das principais produtoras de algodão do país. As grandes vantagens da região são os solos de grande fertilidade, chuvas em quantidade suficiente, relevo plano e a grande luminosidade, essencial para que o algodão tenha fibras de melhor qualidade. A produção regional, que já ocupou 300 mil hectares, chegou a zero, no fim da década de 1990, tendo sido desmantelada pelo surto de importações ocorrido no Brasil nesse período, fazendo com que os preços internos estivessem muito baixos. Além disso, o manejo inadequado do solo comprometia a produtividade e a praga do bicudo elevava os custos de produção, estes fatores representam as principais causas da decadência. Muitos dos produtores transformaram a sua área em pastagens com impactos perversos na renda, no emprego e outros, em especial os pequenos produtores, tiveram que ir para o sul trabalhar na lavoura de cana-de-açúcar e com isso obter renda adicional para manutenção das suas famílias (SEAGRI-BA, 2003b). A ação governamental procurava revitalizar essa atividade econômica como instrumento de aumento da renda dos pequenos e médios produtores e de oportunidades de trabalho para as respectivas famílias.

O desenho da intervenção foi baseado em experiências regionais, as quais demonstraram que, apesar da degradação sofrida pelo uso inadequado de máquinas agrícolas, o solo da região sudoeste pode ser recuperado através da subsolagem, garantindo uma rentabilidade superior às registradas no oeste baiano e mesmo em Mato Grosso com o emprego de um padrão de lavouras menos intensiva em insumos, propiciando custos de produção inferiores. No sudoeste da Bahia em termos de custo de produção, pela característica da cotonicultura regional e menor dependência de insumos pode-se plantar um

hectare utilizando o resultado da venda de 100 arrobas, enquanto que no oeste baiano, para cultivar a mesma área, o produtor gasta 170 arrobas e nas mega lavouras de Mato Grosso são exigidas 230 arrobas para cobrir os custos.

Em função disso, com produtividades muito menores, pode-se alcançar elevados padrões de rentabilidade em condições normais de preços e clima. Além disso, a praga do bicudo já pode ser controlada com eficiência desde que realizados os procedimentos corretos, fazendo com que, no plantio da safra 2003/2004, os produtores estivessem animados. Um deles, João Santana, contou que o seu pai sempre plantou algodão na fazenda da família de 200 hectares, no município de Malhada. Ele continuou com a atividade do pai, mas em 1992, a baixa produtividade da cultura fez com que ele desistisse. "O prejuízo foi tanto, que ficamos devendo na praça e ao banco", contou (SEAGRI-BA, 2003b), sem ter em conta que fora vítima direta do surto de importações que depreciou os preços naquele período dos anos de 1990. A iniciativa governamental, no contexto da conjuntura de preços estimuladores, produzia euforia entre os pequenos e médios produtores, sentimento que foi reforçado pelas colheitas das primeiras safras desde o início do programa, levando ao aumento da renda.

Os resultados na safra 2004/2005, entretanto, não foram animadores. As notícias dão conta que o "programa de revitalização da lavoura algodoeira na região de Guanambi e Vale do Iuiú está comprometido, no dizer dos produtores, que temem por um novo retrocesso na plantação. Alegam que a queda de preço no mercado e o endividamento de quase todos eles, somados a um recuo tecnológico no emprego de tratamentos culturais, por falta de capital, com conseqüente redução da produtividade por hectare (de 140 a 220 arrobas, para 90 a 130 arrobas), estão prejudicando o programa. Os números dos agricultores são desconfortáveis, mas a estimativa de queda na área a ser plantada para 2005/2006 é superior a 20%, de 40 mil para 30 mil hectares, com perda, também, na geração de recursos. Na avaliação otimista do maior produtor da região, Luis Carlos Fernandes, a receita será de R\$40 milhões, contra R\$100 milhões em 2004. Na safra 2003/2004, o algodão em caroço foi vendido a R\$18 a arroba, baixando para R\$11 na safra 2004/2005. A arroba do algodão em pluma caiu de R\$48 para R\$31" (MACÁRIO, 2005). Entre-

tanto, fica claro para *commodity* relevante como o algodão em pluma, numa conjuntura de preços tão baixos, não há intervenção governamental capaz de sustentar o dinamismo da atividade algodoeira, numa realidade em que as possibilidades de importação de algodão estrangeiro a preços barateados pelo câmbio sobrevalorizado e por condições de financiamento mais atraentes. Exatamente similar a essa conjunção de fatores era a configuração que deu origem ao surto de importações de algodão em pluma pelo Brasil nos anos de 1990, que no passado havia desmantelado a cotonicultura meridional e de outras regiões como o sudoeste baiano, e que na conformação recente levou à crise da também moderna produção mato-grossense nas safras 2004/2005 e 2005/2006.

Na realidade do sudoeste da Bahia, a crise impactou negativamente a renda dos cotonicultores, que já se revelava reduzida, e nos seus desdobramentos não faltaram denúncias de desvio. *“A Cooperativa dos Produtores do Vale do Iuiú (COOPAVALI) denuncia que pequenos agricultores desviaram parte dos kits (adubos, sementes, venenos, fertilizantes e equipamentos) doados pelo Governo do Estado da Bahia para o plantio de algodão. Segundo dirigentes da cooperativa, a maioria vendeu os produtos, deixando de utilizá-los na lavoura, comprometendo a qualidade e a produtividade agrícola. Produtores dizem que a região está infestada de bicudo, por conta da redução no uso de defensivo e da não-erradicação das soqueiras, que deveriam ter sido arrancadas até agosto passado. O diretor financeiro da cooperativa, Carlos Marcelo, disse ter havido queda na produtividade por hectare, em média de 80 a 90 arrobas (poucos alcançaram 130 arrobas), contra 200 na safra passada”* (MACÁRIO, 2005). Trata-se de clima decorrente do fracasso de mais uma experiência de revitalizar a cotonicultura de pequenos e médios produtores que enfrentam seus limites na conjuntura dos mercados com estoques elevados e preços baixos. A questão que se coloca consiste exatamente em refletir sob a possibilidade de sucesso, nas conformações regulatórias do aparato estatal contemporâneo na realidade brasileira, de ações que produzam estabilidade de renda para a cotonicultura de pequenas e médias lavouras, quando sequer os segmentos mais competitivos e tecnologicamente mais próximos do padrão norte-americano (líder mundial no algodão) estão imu-

nes a crises devastadoras para suas estruturas produtivas.

3 - BALANÇO DOS EFEITOS DO SURTO DE IMPORTAÇÕES E IMPACTOS SOBRE AS TRÊS ESTRUTURAS DO ALGODÃO MERIDIONAL: pequenos cotonicultores de Leme (SP), arrendatários do Pontal do Paranapanema (SP) e cooperados do oeste Paranaense³

A análise realizada mostrou o surgimento da cotonicultura meridional nos anos de 1930, enquanto resposta à crise cafeeira, com o algodão passando a configurar-se na lavoura que era praticada pela imensa legião de novos proprietários rurais oriundos da fragmentação das grandes fazendas paulistas de café. A estrutura produtiva do algodão meridional emergindo do colonato do café funda-se estruturalmente enquanto empreendimento de pequenas e médias propriedades, modelo esse que se multiplica na sua reprodução, tanto na expansão da agropecuária paulista rumo ao oeste como no seu avanço para o norte-paranaense, com a participação ativa das empresas imobiliárias que realizaram a colonização dessas terras da então fronteira de expansão da agricultura brasileira. Assim, nas principais regiões paulistas e paranaenses em que prosperou o cultivo do algodão, a geração de renda e principalmente sua distribuição para o contingente muito mais amplo de produtores, além de ser uma atividade intensiva em trabalho pela colheita manual, forjou enorme dinamismo nas economias locais, fazendo com que na percepção histórica das populações locais, o desenvolvimento derivava do dinamismo algodoeiro.

A cotonicultura meridional, tendo produzido a internalização de núcleo endógeno de ciência e tecnologia algodoeira, desenvolveu-se de forma diferente dos ciclos precedentes do algodão no Brasil, que ocorreram em períodos anteriores ao século XX, e num primeiro momento aproveitaram conjuntura favorável de demanda e preços internacionais, para sucumbirem no momento seguinte face à retomada da produção nos Estados Unidos da América, principal nação algodoeira do mundo desde o século XIX. Essa

³Este trabalho de campo contou com a colaboração da Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola Soraia de Fátima Ramos.

estrutura produtora de inovações gerou, de forma contínua por mais de seis décadas, técnicas e materiais genéticos nacionais capazes de fazer frente aos mais relevantes avanços das técnicas de manejo e produção de algodão herbáceo aplicadas nas lavouras norte-americanas, produzindo significativo incremento da produtividade da terra e da qualidade da fibra com aumento persistente e consistente do comprimento da fibra, atendendo assim às necessidades da agroindústria têxtil. A construção desse processo não se deu no vazio, ao contrário resultou de políticas públicas pró-ativas que contemplavam, desde consistente aparato regulatório funcionando no plano fitossanitário e na fiscalização do funcionamento das algodoeiras para garantia da qualidade da fibra, até a produção de sementes selecionadas em regime de monopólio técnico, incluindo ainda a prática de seguro obrigatório que propiciava maior estabilidade aos cotonicultores.

Os desdobramentos históricos do período de hegemonia meridional na cotonicultura brasileira, em função da solidez dos mecanismos de políticas públicas no sentido de orquestrar interesses e sustentar a progressiva modernidade da produção lastreada em pequenos e médios algoadoais, permitiram que essa liderança fosse mantida e reproduzida por seis décadas, com base na produção em terras paulistas e após a metade dos anos de 1970, em terras paranaenses. Durante o transcorrer do período 1930-1990 muitas e severas crises assolaram o algodão meridional e foram superadas pela estrutura da cadeia de produção do algodão meridional brasileiro, cujas técnicas irradiaram-se pelas outras áreas brasileiras produtoras de algodão herbáceo como o sudoeste da Bahia. Nessa fase histórica da agropecuária brasileira, onde as lavouras paulistas e paranaenses eram soberanas na liderança nacional tanto em termos de participação produtiva como na modernidade dos cultivos, o cotonicultor meridional, símbolo de modernidade e dinamismo inovativo, fazia parte da elite dentre os mais avançados e respeitados agropecuaristas. Nessa agropecuária moderna que aprofundou a transformação na sua base técnica nos anos de 1970, o algodão meridional e as dezenas de pequenos e médios produtores a ele associados estavam na ponta das inovações produtivas e configurava-se como o exemplo a ser seguido na construção da modernidade agropecuária.

O surto de importações de algodão em

pluma ocorrido no Brasil na década de 1990 viria não apenas desfazer a longa história de hegemonia meridional na cotonicultura brasileira, mas dismantelar toda a estrutura produtiva e de políticas públicas que a sustentava. A redução indiscriminada e abrupta das tarifas alfandegárias para importação de algodão estrangeiro no final dos anos de 1980, viria a associar-se a uma conjuntura de elevados estoques internacionais dada a elevação da produção do algodão subsidiado norte-americano no começo dos anos de 1990, o maior produtor e exportador mundial. Para desovar esses elevados excedentes de fibra entraram em ação as condições de financiamento favorecidas (taxas de juros baixas e extensos prazos de pagamento), que impulsionaram as importações brasileiras, as quais ganharam novo impulso a partir de 1995 com preços tornados baratos pela sobrevalorização cambial da política macroeconômica nacional. Nesse quadro de concorrência desleal, a estrutura produtiva da cotonicultura meridional sucumbiria, passando o Brasil em poucos anos, de exportador de algodão em pluma a maior nação isolada enquanto importadora dessa matéria-prima têxtil.

A derrocada da cotonicultura meridional foi dramática, pois tamanhas foram as vantagens do algodão importado que as algodoeiras, compradoras do algodão em caroço dos cotonicultores, deixaram de "abrir preços" não comprando algodão porque, caso o fizessem não haveria fiações a quem vender pois estas vinham sendo abastecidas pela pluma importada. Mais que os preços baixos, muitos dos cotonicultores meridionais perderam algodão ou venderam por valor aviltados pela absoluta inexistência de compradores, configurando uma ruptura na cadeia de produção exatamente no segmento transformador de matéria-prima agrícola perecível (algodão em caroço) em *commodity* (algodão em pluma). Os desdobramentos estruturais representaram o desmonte, uma após a outra, das bases de sustentação da hegemonia meridional na cotonicultura, com o fim do seguro obrigatório com os cotonicultores passando a sofrer perdas derivadas do clima e também do monopólio técnico das sementes, com o que, voltam a dominar os algoadoais brasileiros as variedades norte-americanas, exigentes em insumos e não adaptadas à colheita manual (capulhos muito menores). A questão da mão-de-obra na colheita que já era um problema sério com a proliferação do "rapa", método

que deprecia a qualidade do produto, com variedades adaptadas a colheita mecânica sendo colhidas manualmente, ficou ainda mais grave. As estruturas de sustentação foram progressivamente deixando de operar com o algodão como a empresa estatal paranaense de classificação e a empresa estatal paulista de seguros, além de toda estrutura de produção e distribuição de sementes. Findo os anos de 1990, quando se encerra o surto de importações em 2000, a cotonicultura meridional foi reduzida a uma ínfima parcela do que fora no seu apogeu no final dos anos de 1980, e não existiam mais ou haviam sido tornadas inoperantes as estruturas que deram sustentação ao processo de expansão do algodão no período 1930-1990.

No período 2000-2004 ocorre um vertiginoso crescimento da produção brasileira a partir da cotonicultura dos cerrados ensejada em mega algodão com insumo intensivo, a mecanização plena do processo produtivo, com o Brasil em poucos anos reassumindo sua condição de auto-suficiência em algodão em pluma e reiniciando novo movimento exportador. Trata-se de um processo em que o mais elevado nível de produtividade irradia-se para amplas superfícies cultivadas com algodão nos cerrados, com técnicas aprimoradas em termos de manejo de lavouras como o plantio direto e correção do solo (na verdade construção do solo com fosfatagem e outros procedimentos), representando um sucesso de intervenção humana para produção em escala, ainda que possam ser apontadas reflexões críticas por vários ângulos, dentre as quais aquelas relacionadas à sustentabilidade no médio e longo prazos. As difíceis condições de sustentabilidade dessa cotonicultura tanto em termos econômicos por depender dos condenáveis mecanismos de “*dumping* fiscal” decorrentes das práticas ilegais de guerra fiscal geradora de distorções alocativas e de serem reféns de uma política cambial favorável pois o avanço foi produzido numa realidade de câmbio desvalorizado, como em termos sociais sendo praticada por reduzido contingente de produtores e também em termos ambientais pela irradiação de lavouras insumo-intensivas em terras lindeiras das nascentes de rios pantaneiros e amazônicos e de afluentes do Rio São Francisco. Essa se configura numa discussão relevante para desenhar-se os cenários futuros para a cotonicultura brasileira tendo em conta a magnitude das diferenças econômicas e

sociais existentes no Brasil.

Num primeiro ponto, a sustentabilidade econômica dos mega algodões mostra-se discutível porque não há sentido ético em condenar os subsídios norte-americanos que geraram e continuam a gerar concorrência desleal no mercado internacional e praticar mecanismos similares gerando a concorrência no mercado brasileiro com base em instrumentos de guerra fiscal, os quais progredem pela omissão do Poder Judiciário que não emite decisão definitiva sobre a legalidade dessas políticas estaduais. Num segundo ponto, a sustentabilidade econômica se revela discutível em função dos mecanismos atrasados de proteção aos riscos agrônômicos e climáticos vigentes na agropecuária brasileira, pela não evolução do seguro rural frente ao modelo praticado na nação algodoeira líder mundial, e pelo não gerenciamento de riscos de mercado com adequada proteção com base em *hedges*, prática comum por ser obrigatória na cotonicultura norte-americana. Num terceiro ponto, a sustentabilidade econômica também se configura discutível porque, enquanto *commodity* o algodão em pluma depende de forma decisiva do patamar do câmbio ou seja, a sua competitividade derivou diretamente da política cambial e, quando houve reversão da alta da taxa de câmbio, entrou em crise dramática pelos preços internos cadentes. A eliminação dos subsídios norte-americanos condenados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) pode configurar uma realidade de preços internacionais mais atrativos, mas no quadro vigente nas safras 2004/2005 e 2005/2006, foi o Brasil que entrou com a representação gerando a condenação da política estadunidense, pode vir a não usufruir dos benefícios de sua eliminação não ampliando de forma significativa nas vendas de algodão em pluma, a sua participação no mercado internacional.

O quadro institucional e econômico vigente no Brasil desde a metade dos anos de 1990, resulta de tentativas em solucionar problemas nacionais pendentes desde o final dos anos de 1980 quando o padrão de financiamento do investimento sustentado pela dívida pública se esgotou, mostra-se difícil pensar-se em produção de quantidades superiores a 1,0 milhão de toneladas de algodão em pluma com base no revigorecimento das pequenas e médias lavouras como era o desenho da antiga cotonicultura meridional. O próprio padrão de financiamento vigente na

agropecuária brasileira representa uma limitante quase intransponível no curto prazo para que tal ocorra pois, face à incapacidade governamental pelas restrições fiscais de prover dinheiro barato para o custeio da safra, realiza-se via mecanismos de mercado. No financiamento utiliza-se derivativos agropecuários, venda antecipada de safra com lastro na emissão de Cédulas de Produto Rural (CPRs) dentre outros instrumentos, com a participação decisiva das agroindústrias de insumos, das agroindústrias têxteis e das *tradings companies* que, face os custos de transação envolvidos preconizam ganhos em escala, que tendem a concentrar os negócios favorecendo grandes empreendimentos agropecuários. Para esses agentes, além de custos operacionais mais elevados, há a falta de tradição dos pequenos e médios produtores de operarem no mercado financeiro e a insegurança jurídica de optar por outros mecanismos em função dessas propriedades terem proteção constitucional e jurídica que são obstáculos à execução judicial e por isso desinteressantes para aplicações financeiras. Tanto se mostra consistente essa limitação no quadro econômico brasileiro para a produção do algodão em pluma em grandes quantidades com base na pequena e média cotonicultura que, mesmo com rentabilidades por unidade de área superiores às obtidas pelos mega algodoais dos cerrados, as experiências de revitalização das lavouras de algodão em pequenas e médias propriedades resultaram numa corrente de fracassos (ainda que algumas tivessem até sucesso momentâneo), com o que se pode afirmar que os efeitos do surto de importações sobre a estrutura produtiva do algodão meridional foi mais profunda que se imagina a primeira vista, tornando muito difícil senão impossível sua recomposição completa.

O balanço dos efeitos do surto de importações sobre o algodão meridional mostra a dimensão dessa dramaticidade. Durante os anos de 1990, a área plantada anual com algodão foi reduzida em expressivos 671,2 mil hectares, deixando de serem produzidas 1,1 milhão de toneladas de algodão em caroço em cada ano, ainda que a produtividade tenha crescido em 595,1kg/ha. Em termos de renda, a queda do valor da produção recuou em R\$886,5 milhões. Estes valores estão muito longe do ano de 1985, que representou o apogeu da produção meridional em termos de área plantada, produção e valor da produção, e a recuperação do período de

2000-2005 não alteraram a realidade herdada do período em que as importações de algodão estrangeiro determinaram o movimento do mercado brasileiro de pluma (Tabela 2). Esses indicadores mostram que o surto de importações desmantelou a estrutura produtiva de algodão nas terras paranaenses e paulistas, aprofundando um processo de recuo que já vinha sendo sentido desde a metade dos anos de 1980, numa perda estrutural de tamanha magnitude que a resposta aos preços mais favoráveis nos primeiros anos do século XXI foi tímida, ensejando a conclusão de que os corolários produziram uma situação de difícil reversão no curto prazo, e que se torna cada vez mais distante na medida em que as experiências vão se configurando cada vez mais numa lembrança do passado remoto não vivida pelas novas gerações de agropecuaristas.

No segmento das algodozeiras que realizam o beneficiamento da matéria-prima representada pelo algodão em caroço, transformando-a na *commodity* algodão em pluma, na cotonicultura meridional não era configurado como um conjunto de prestadores de serviços como no caso norte-americano, sendo na verdade um elemento do capital comercial que comprava matéria-prima bruta perecível e a transformava no insumo fundamental da agroindústria têxtil. Dessa maneira, as algodozeiras nunca tiveram um papel passivo dentro da cadeia de produção, sendo o elemento determinante da formação dos preços na medida em que julgavam a qualidade (processo visual durante toda a hegemonia meridional) e atribuíam ágios ou deságios para o algodão em caroço tendo como base o denominado processo de pagamento pelo sistema "bica corrida tipo 6", ou seja, que não remunerava as melhorias da qualidade (uma de algodão tipo 5 por exemplo), mas procedia descontos para tipos piores (tipo 7) e para as impurezas (a "sujieira" que na boa colheita manual girava em torno de 3% no sistema do "rapa" atingia 20%). Pelo papel que exerciam, as algodozeiras sempre foram fundamentais na cotonicultura meridional e, com o surto de importações a estrutura de beneficiamento de algodão regional foi sucateada, tanto em número de usinas, que eram 184 no auge da safra 1985/1986 caindo para 57 na safra 1999/2000 e para 28 na safra de 2003/2004 (Tabela 3), como na defasagem tecnológica que foi aprofundada pela absoluta falta de investimentos. Todos os indicadores de capacidade produtiva das algodozeiras meridionais

TABELA 2 - Síntese da Evolução de Indicadores de Área, Produção, Produtividade e Valor da Produção da Cotonicultura da Zona Meridional, Brasil, 1985-2005

Ano	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (kg/ha)	Valor da produção (R\$1.000)
1985	922,1	1.738,2	1.885	3.075.592
1990	790,8	1.332,7	1.685	1.156.921
1995	462,4	841,4	1.820	746.337
2000	119,6	272,7	2.280	255.903
2005	167,3	313,5	1.874	270.414
1985-2005	-754,8	-1424,7	-11,5	-2.805.178
1990-2005	-623,5	-1019,2	188,3	-886.507
1990-2000	-671,2	-1060,0	595,1	-901.018

Fonte: Área, produção e produtividade calculados com base em estatísticas do IBGE e valor da produção obtidos com uso de preços do IEA, deflacionados pelo IPCA do IBGE refletindo valores constantes de dezembro de 2004.

TABELA 3 - Estimativa da Evolução do Parque de Algodoeiras da Zona Meridional, Brasil, Safras 1983/1984 a 2003/2004

Safra	Usinas	Conjunto	Serras	Descaroçadoras
1983/1984	134	290	1119	96.066
1985/1986	184	257	1560	133.875
1989/1990	143	288	1405	97.639
1993/1994	97	133	715	62.626
1995/1996	74	97	359	45.250
1999/2000	57	83	282	31.350
2003/2004	28	39	160	12.600

Fonte: Estimativa dos autores com uso de diversas fontes primárias e entrevistas com especialistas.

recuam de forma significativa com o que, na hipótese de novo dinamismo que venha a alavancar a produção regional de algodão, haverão que ser realizados investimentos expressivos na configuração de uma nova e moderna estrutura de beneficiamento. Apenas em regiões localizadas, cooperativas e grandes cotonicultores meridionais mantiveram estruturas de algodoeiras e as atualizaram, mas as respectivas capacidades operacionais estão muito longe de suprir as necessidades de uma produção da magnitude do apogeu da cultura no Paraná e em São Paulo.

Em função da perda de área cultivada e da estrutura de beneficiamento que comprometem as possibilidades de sucesso das expectativas futuras de recomposição da cotonicultura meridional tendo como parâmetro seu apogeu, visto que os impactos do surto de importações foram decisivos e profundos desmantelando a estrutura produtiva então existente, interessante se mostra a avaliação de outros impactos estruturais como no número de estabelecimentos algodoeiros e no

emprego nas lavouras e nas algodoeiras. Tomando primeiro o número de estabelecimentos verifica-se não apenas que 65,7 mil deixaram de cultivar algodão durante a década de 1990 (Tabela 4), com também que, mesmo nos anos de 2000-2004, outros produtores continuam abandonando essa lavoura. Também nota-se que esse processo de saída progressiva de estabelecimentos da dedicação à lavoura de algodão meridional inicia-se nos anos de 1980 em função principalmente da presença do bicudo que elevando custos tornou não-rentáveis os algodoeiros de pequenas e médias lavouras. Em função disso o crescimento da produtividade se acelera durante os anos de 1980 pela saída dos estabelecimentos menos produtivos, mas volta a cair de forma dramática nos anos de 1990. Em termos do emprego, tomando apenas a década de 1990 quando se manifestam os impactos do surto de importações, um contingente de 215,9 mil pessoas deixaram de ser empregadas nos algodoeiros da Zona Meridional e outros 5,7 mil nas algodoeiras, gerando

TABELA 4 - Estimativa da Evolução do Número dos Estabelecimentos Cotonicultores e de Pessoas Empregadas nas Lavouras de Algodão e nas Algodoeiras da Zona Meridional, Brasil, Safra 1983/1984 a 2003/2004

Safra	Estabelecimentos	Emprego nas lavouras	Emprego nas algodoeiras	Emprego total
1983/1984	88.680	305.200	9.380	314.580
1985/1986	86.827	305.500	11.960	317.460
1989/1990	66.908	254.000	7.865	261.865
1993/1994	38.904	126.500	4.850	131.350
1995/1996	11.232	87.800	3.330	91.130
1999/2000	2.341	34.600	2.280	36.880
2003/2004	1.189	38.100	2.120	40.220
1983-2004	-87.491	-267.100	-7.260	-274.360
1990-2004	-65.719	-215.900	-5.745	-221.645
1990-2000	-64.567	-219.400	-5.585	-224.985

Fonte: Estimativa dos autores com uso de diversas fontes primárias e entrevistas com especialistas.

um desemprego estrutural da ordem de 221,6 mil vagas. Dado o perfil desses trabalhadores, a maioria sem qualificação formal, a perda da opção desse emprego representou a redução significativa da renda e o aumento das pressões sobre os sistemas assistenciais e de saúde pública, além do empobrecimento de bairros inteiros das periferias das cidades algodoeiras.

Dada a dramaticidade dos efeitos do surto de importações sobre a estrutura produtiva do algodão meridional e os impactos sociais decorrentes pelas expressivas perdas de oportunidades de trabalho, revela-se interessante investigar o destino dos cotonicultores que deixaram a produção de algodão e dos trabalhadores que movimentavam o processo produtivo, buscando indicar os impactos na renda e na qualidade de vida dessas pessoas. Como não existem dados oficiais ou bases estatísticas consolidadas para realizar tal intento, buscou-se informações com base em amostra intencional, identificando três segmentos considerados prioritários para o entendimento dessa realidade construída pelo desmantelamento da cotonicultura meridional: os pequenos cotonicultores de Leme (SP), os arrendatários do Pontal do Paranapanema (SP) e os cooperados do oeste paranaense⁴. Trata-se de

situações expressivas da ótica da representatividade dentro do ciclo meridional do algodão, sendo que em Leme (SP) desenvolveu-se uma experiência rica na demonstração da possibilidade de sucesso da modernização de pequenos e médios cotonicultores, no Pontal do Paranapanema configurava-se outra realidade, na qual arrendatários modernos ocupavam o espaço das áreas de renovação das pastagens e no oeste do Paraná foram forjadas competentes estruturas cooperativas que ensejaram notável processo de agregação de valor ao algodão dos seus cooperados não apenas beneficiando como procedendo mesmo a fiação.

Nas terras algodoeiras paranaenses um elemento determinante consiste na presença ativa e dinâmica das cooperativas que estão entre as maiores do Brasil e mesmo da América Latina, forjando peculiar mecanismo de sustentação e de reprodução dos associados. Numa mensuração percentual dos efeitos do surto de importações na cotonicultura paranaense, duran-

expressos sempre em porcentagem, pois inexistem dados de estatística oficial que contemplem tais aspectos e mesmo sobre a estrutura atual da cotonicultura por não terem sido realizados censos agropecuários em 1990, 2000 e 2005. Ademais, as entrevistas com os ex-cotonicultores foram conduzidas para obter deles informações, além das experiências particulares, sobre a visão dos mesmos do que ocorreu com o universo dos produtores de algodão de que tinham conhecimento. Busca-se assim, configurar um quadro dos impactos do surto de importações nas atividades econômicas e na qualidade de vida desses ex-cotonicultores. Ressalte-se que as porcentagens apresentadas referem-se a mensurações baseadas em impressões tiradas dos relatos dos casos encontrados, podendo em levantamentos com metodologia estatística mais consistente, obter-se resultados distintos.

⁴As informações para análise do destino dos cotonicultores e dos trabalhadores que deixaram a cotonicultura nas três Regiões da Zona Meridional, as quais representam as realidades mais relevantes do plantio de algodão nesse espaço geográfico, foram obtidas em entrevistas diretas com técnicos, produtores e trabalhadores rurais atuantes nas situações estudadas. Essas entrevistas foram realizadas de novembro de 2005 a fevereiro de 2006 nas regiões mencionadas e optou-se por apresentar os resultados

te o período em que se manifestou, tendo o ano de 1990 como parâmetro e o ano 2000 como limite de sua ocorrência, dos produtores de algodão 53,2% deixaram o campo, principalmente pequenos produtores, parceiros e arrendatários. Outros 11,1% dos antigos cotonicultores arrendaram suas terras para plantações diversas, enquanto que 7,2% venderam suas propriedades e migraram para a fronteira agrícola buscando áreas maiores (muitos com apoio das respectivas cooperativas) e um contingente de 29,6% fizeram reconversão produtiva, passando a cultivar outras lavouras principalmente de frutas, café, soja e milho. Para 95,3% dos cotonicultores entrevistados na época áurea do algodão meridional, na segunda metade dos anos de 1980, a renda propiciada por essa lavoura atingiu níveis elevados, permitindo aos mesmos ampliar seu patrimônio, comprando terras e casas nas cidades, bem como uma qualidade de vida muito elevada e superior à do momento.

Mas a percepção sobre os impactos na qualidade de vida varia de acordo com as condições futuras de cada situação vivenciada. Os que arrendaram suas terras na sua esmagadora maioria tinham casa nas cidades e os filhos ou fizeram estudos de nível superior ou encontraram empregos com boa remuneração noutras atividades produtivas. Assim, além do arrendamento que permite manter a condição formal de produtor rural enquanto parceiros e com isso os benefícios fiscais da cédula G do Imposto de Renda, situação que permite recebimento de renda da terra equivalente à em média R\$523,00 por hectare/ano, como o tamanho médio das propriedades dos entrevistados corresponde a 13,4 hectares, isso significa uma renda anual de R\$7.008,20 (equivalentes a R\$584,02 mensais). Para os proprietários que arrendaram suas terras e de idade mais avançada, atingindo a idade para aposentadoria, tanto o proprietário como a esposa, o que significa 64,2% dos que arrendaram e que são 11,1% dos entrevistados, a média de recebimento de aposentadoria corresponde a 1,6 salários mínimos mensais (nem todas as famílias têm dois aposentados), o que significa para os valores vigentes em fevereiro de 2006, uma renda mensal de R\$480,00, perfazendo uma renda mensal média total de R\$1.003,00, permitindo um padrão de vida elevado e vivência tranquila nas respectivas velhices, com o que os clubes de bocha e as pistas de "malha" estão sempre lota-

dos de imigrantes italianos praticando estes esportes. Para as famílias com propriedades de menor tamanho o que leva a obtenção de renda fundiária menor, principalmente, nos poucos casos em que não encontram-se aposentados, há o exercício de outra atividade para complementar a renda.

Para os que se mantêm na atividade agropecuária, somando, os 29,6%, que fizeram reconversão produtiva, e os outros 7,2% que venderam suas propriedades e migraram para a fronteira agrícola, a esmagadora maioria (97,4%) consideram terem progredido nas respectivas atividades agropecuárias, as quais no momento são "tocadas" por filhos e genros. Para a maioria dos casos ocorreu um aumento da área média das propriedades, saltando de 14,4 hectares para 57,3 hectares para os que se mantiveram em terras paranaenses, e de 16,7 hectares para 213,8 hectares para os que migraram para a fronteira agrícola. Quanto à renda, também os efeitos da aposentadoria são significativos, pois 74,3% dos que permaneceram agropecuaristas, representando 22,0% dos entrevistados, obtiveram pensões atingindo a média de 1,8 salários mínimos nesse universo, o que significa em valores de fevereiro de 2006, uma renda média mensal de R\$540,00. Em termos de renda agropecuária, há uma nítida diferença entre os valores obtidos pelos que continuaram na agropecuária paranaense e os que migraram para a fronteira, em torno de R\$24 mil/ano (R\$2 mil mensais) para os que permaneceram e R\$67 mil/ano (R\$5.583,00 mensais) para os que partiram para a fronteira agrícola. Ressalte-se que essas rendas agropecuárias correspondem a rendas familiares (pais e filhos) e por isso não podem ser comparadas diretamente com as rendas daqueles que arrendaram suas terras que correspondem a rendas sem contar filhos e parentes. De qualquer maneira, todos são prontos em reconhecer a importância das cooperativas para que pudessem superar a crise do algodão e, embora tenham saudades do ciclo algodoeiro, a percepção mostra que os que permaneceram agropecuaristas estão num patamar de qualidade de vida muito superior aos demais segmentos de ex-cotonicultores.

Resta analisar o contingente dos 53,2% dos que deixaram o campo, representado por ex-proprietários que tiveram que se desfazer de suas terras para saldar suas dívidas, e de arrendatários e parceiros que não tinham propriedade

rural. Trata-se do contingente de ex-cotonicultores em que se mostra visível a piora da qualidade de vida, sendo nítidas as percepções das diferenças em relação aos demais segmentos de entrevistados. A maioria está empregada em serviços urbanos diversos, atuando como jardineiros, lixeiros, pedreiros, vigias, declarando obter renda mensal média em torno de R\$315,00, morando precariamente nas periferias das cidades. Esse grupo representa 68,2% dos que deixaram o campo e 36,3% dos casos relatados pelos entrevistados, sendo que em função de terem atingido idade para a aposentadoria, um percentual de 72,7% desses ex-cotonicultores recebem pensões que na média do grupo representam 1,4 salários mínimos mensais (uma proporção maior das famílias já perdeu pelo menos um dos seus "velhos"), o que significa R\$420,00 em valores de fevereiro de 2006. Importante ressaltar que não estão computados os rendimentos dos filhos desse segmento, sendo que 73,0% deles migraram para centros urbanos maiores, pois 42,7% completaram o segundo grau e 18,2% atingiram a universidade, obtendo portanto qualidade de vida superior à vivida pelos pais. O restante (27,0%) reproduz as condições atuais dos pais, executando as mesmas opções para obtenção de renda. Há ainda outros 31,8% dos que deixaram o campo e migraram para outras regiões morando nas periferias dos grandes centros urbanos cujas condições de vida não foram permitidas obter informações mais precisas. Importante ressaltar que uma parcela relevante dos que deixaram o algodão paranaense engrossou as fileiras dos movimentos de sem terra, significando 12,3% dos que deixaram o campo, representando 6,5% dos ex-cotonicultores, sendo que a maioria dos que militam na luta pela terra e que foi ligada ao algodão, consiste de ex-trabalhadores que perderam suas ocupações.

No universo de pequenos e médios proprietários de Leme (SP) e que deixaram o algodão, a primeira característica diferenciadora em relação à realidade paranaense consiste em que todas as cooperativas regionais, inclusive a lemense e a federação regional das cooperativas, cujas atuações com algodão foram intensas, entraram em colapso e, ou reduziram suas atuações a papéis insignificantes ou foram liquidadas. Desmonta-se assim, uma relevante estrutura de apoio que sustentou a modernização da agropecuária. Numa mensuração percentual dos efeitos

do surto de importações na cotonicultura municipal, dos pequenos produtores de algodão, a relevante parcela de 31,9% deixaram o campo. Outros 37,4% dos antigos cotonicultores arrendaram suas terras para as plantações de canas para indústrias diversas, enquanto que 13,8% venderam suas propriedades e migraram para outras regiões de terras mais baratas, inclusive para a fronteira agrícola buscando áreas maiores e um contingente de 16,9% fizeram reconversão produtiva, passando a cultivar outras lavouras principalmente de laranja, milho, olerícolas e café. Para 99,3% dos cotonicultores entrevistados a percepção a respeito da qualidade de vida revela que a renda propiciada pelo algodão na fase áurea dessa lavoura, na segunda metade dos anos de 1980, era muito superior à atualmente obtida, atingindo patamares muito elevados e que estimulavam o trabalho de cultivar a terra, sendo que em função disso seus pais trabalharam de melhores e compraram o primeiro terreno, os filhos ampliaram a propriedade e, com a crise, estes acabaram vendendo ou arrendando suas propriedades deixando a roça.

Mais uma vez, as percepções quanto às mudanças na qualidade de vida variam de acordo com as condições para as quais mudaram em cada situação vivenciada. Um número expressivo de ex-cotonicultores de Leme (SP) (85,6%) comprou casas na cidade para onde mudaram com esposa e filhos que puderam ter acesso à escola, sendo que em 57,8% dos casos os filhos cursaram até o segundo grau e obtiveram colocações urbanas (no local, na região ou em grandes centros urbanos) e 16,7% atingiram nível superior, assim, a maioria encontrou empregos com boa remuneração noutras atividades produtivas. Dos que deixaram o algodão, 37,4% realizaram o arrendamento de suas terras para as usinas cultivarem a cana para indústria, mantendo a condição formal de produtores rurais e com isso os benefícios fiscais da cédula G do Imposto de Renda. Nessa situação, obtêm-se o recebimento de renda da terra em média equivalente a R\$674,00 por hectare/ano, como o tamanho médio das propriedades dos arrendantes corresponde a 23,6 hectares, isso significa uma renda anual de R\$15.906,40 (R\$1.325,53 mensais). Para os proprietários arrendantes de idade mais avançada, que atingiram a idade para aposentadoria, tanto o proprietário como a esposa, significando 73,6% dos que arrendaram e que

são 17,5% dos casos, a média de recebimento de aposentadoria corresponde a 1,8 salários mínimos mensais, o que significa para os valores vigentes em fevereiro de 2006, uma renda mensal de R\$540,00, perfazendo uma renda mensal média total de R\$1.865,53, propiciando padrão de vida elevado e vivência tranqüila. Também como no caso paranaense, para as famílias com propriedades de menor tamanho o que leva a obtenção de renda fundiária menor, principalmente, nos poucos casos em que não encontram-se aposentados, há o exercício de outra atividade para complementar a renda.

Para ex-cotonicultores de Leme (SP), que continuam na atividade agropecuária, somando 16,9% que fizeram reconversão produtiva e os outros 13,8% que venderam suas propriedades e migraram para outras regiões, a maioria (62,8%) consideram que realizaram avanços nas atividades agropecuárias que escolheram, as quais passaram a ser “tocadas” pelos filhos. A maioria dos que assim procederam ampliaram a área média das respectivas propriedades, saltando de 26,2 hectares para 93,6 hectares, sendo para os que se dirigiram ao Brasil Central, o tamanho médio alcançou 456,42 hectares. No que diz respeito à renda, os valores advindos das aposentadorias ajudam, mas não são expressivos na renda familiar, pois 65,6% dos que permaneceram agropecuaristas representando 20,1% dos entrevistados obtiveram pensões atingindo a média de 1,5 salários mínimos nesse universo, o que significa nos valores de fevereiro de 2006, uma renda média mensal de R\$450,00. No tocante à renda obtida nas novas atividades agropecuárias, há uma nítida diferença em função da atividade a que passaram a praticar, sendo para a laranja em torno de R\$48 mil/ano (R\$4 mil mensais), para a olericultura R\$30 mil/ano (R\$2,5 mil mensais) e para os grãos (e mesmo algodão) da fronteira agrícola em média de R\$60 mil (R\$5 mil mensais). Ressalte-se que essas rendas agropecuárias líquidas estimadas incluem toda a renda familiar, incluindo o conjunto das atividades de pais e filhos e por isso não podem ser comparadas diretamente com as rendas daqueles que arrendaram suas terras correspondendo a rendas sem contar filhos e parentes. Para todos os casos, entretanto, há a nítida percepção de que tudo o que conseguiram deriva do sucesso dos pais com o plantio do algodão, o que permitiu um alicerce sólido para que multiplicassem suas

rendas, mas sentem saudades do ciclo algodoeiro e não acreditam na viabilidade da cotonicultura em Leme (SP) pelo dinamismo da cana e pelas mudanças na economia regional.

Entre os ex-pequenos proprietários, que deixaram o algodão, enquanto contingente significam 31,9% do total, incluem-se os ex-proprietários que se desfizeram de suas terras para saldar dívidas e outros que assim procederam para mudar de setor econômico ou de região. Nesse contingente nas condições de Leme (SP), em torno de 63,2% (20,2% do total) montaram negócios urbanos diversos como depósitos de venda de gás, casas de material de construção, bares e restaurantes, dentre outras atividades, utilizando para isso os recursos provenientes da venda da propriedade rural. Um percentual adicional de 22,3% (7,1% do total) saldaram suas dívidas e com visível piora da qualidade de vida, passaram a sobreviver de serviços urbanos diversos, atuando como jardineiros, lixeiros, pedreiros, vigias, declarando obter renda mensal média em torno de R\$383,00, morando precariamente nas periferias das cidades. O grupo que complementa o universo dos que deixaram o campo, somando 14,5% desse contingente (4,6%) do total migraram para outras cidades e não há como obter informações sobre que atividades passaram a exercer. Desses ex-proprietários rurais, 76,3% dos casos obtiveram aposentadoria, recebendo pensão média de 1,7 salários mínimos por família, o que significa R\$510,00 em valores de fevereiro de 2006. Importante ressaltar que não estão computados os rendimentos dos filhos desse segmento, sendo que 86,0% deles migraram para centros urbanos maiores, pois 53,4% completaram o segundo grau e 21,3% atingiram a universidade, obtendo portanto qualidade de vida superior à vivida pelos pais. O restante (14,0%) reproduz as condições atuais dos pais, executando as mesmas opções para obtenção de renda. Nesse segmento, regra geral todos os ex-cotonicultores revelam que houve um sensível retrocesso na qualidade de vida em função do declínio do algodão que os obrigou a deixar o campo, sendo nítido o sentimento de perda material e mais que isso, em grande medida, da autoestima.

O impacto do surto de importações sobre os ex-cotonicultores paulistas do Pontal do Paranapanema assumiu contornos mais graves, tendo sido pesquisado o contingente mais repre-

sentativo dos mesmos representados pelos arrendatários. Nessa região, nas áreas de renovação de pastagens, os arrendatários instalavam lavouras de algodão por arrendamento por um ano numa gleba e, mesmo que continuassem na mesma propriedade, mudavam de gleba na medida em que na anterior entregavam o pasto formado. Assim, pagando renda da terra não acumularam o suficiente para adquirirem propriedades com os recursos sendo gastos na estruturação da patrulha mecânica (máquinas e implementos) necessários às suas lavouras. Desses ex-cotonicultores arrendatários, cerca de 84,7% deixaram as atividades agropecuárias e 15,3% continuam com arrendamento em outras lavouras e em outras regiões. Dos 84,7% dos que deixaram a agropecuária nessa região, 57,3% (48,5%) do total estão incorporados na luta pela terra, como assentados ou como pretendentes, no qual se juntaram ao enorme contingente de trabalhadores que atuaram no algodão no passado. Outro contingente de 42,7% passaram a exercer diversos serviços urbanos ou montaram pequenos negócios. Para a esmagadora maioria dos que deixaram a terra (97,7%), a qualidade de vida deles e de suas famílias piorou muito em relação às respectivas situações originais de arrendatários do algodão, com a renda média atual, ainda que de difícil mensuração, diminuindo para cerca de 1/3 (um terço) da anterior. O que “refresca um pouco” dizem, consiste no fato que muitas famílias têm aposentados (65,1%) com o que obtêm uma renda mensal de 1,2 salários mínimos, a menor dentre os ex-cotonicultores pesquisados (o que parece refletir a menor expectativa de vida), mas que representam R\$360,00 mensais, que são *“de muita valia e dá para garantir ao menos o feijão”*.

As diversas formas de obtenção do “ganha pão fazendo bicos” numa região onde as oportunidades de trabalho são raras, impedem que seja possível definir um padrão de renda média para os ex-arrendatários do algodão que deixaram a lavoura nos anos de 1990, sendo entretanto possível, pela percepção material entre as realidades pesquisadas dos ex-cotonicultores de Leme (SP) e paranaenses, afirmar que a condição e a qualidade de vida dos ex-arrendatários do algodão são consideravelmente menores que as outras realidades analisadas pois, no Pontal do Paranapanema, os instrumentos de proteção social são nitidamente mais precários. Quanto aos que persistiram na agropecuária, com enormes dificulda-

des de localização, os casos contatados, também revelaram que o nível de renda obtido se mostra muito inferior ao então propiciado pelo algodão, que nos anos normais *“rendia limpo três vezes mais que a soja e duas vezes mais que o milho”* e que na soja e no milho era *“preciso trabalhar muito mais, o dobro da área, para poder manter a família”*. E todos os que ficaram no Pontal do Paranapanema como arrendatários têm a convicção de que estão mais pobres em termos patrimoniais e padrão de vida da condição que viveram no apogeu do algodão.

Nas três realidades pesquisadas uma linha de convergência consiste em que o surto de importações ao dismantelar a estrutura produtiva do algodão meridional levou a sensíveis perdas na qualidade da vida dos ex-cotonicultores, sendo que, para os cooperados paranaenses e os ex-proprietários de Leme (SP) que haviam acumulado algum patrimônio, inclusive construindo ou adquirindo casas nas cidades, as alternativas se mostraram muito superiores àquelas como os ex-arrendatários do Pontal do Paranapanema. As mudanças agropecuárias recentes promoveram a redução drástica da renda líquida do campo, em especial no algodão, pois numa percepção também generalizada, no apogeu do algodão *“mil arrobas de algodão comprava um trator novo, sendo que hoje necessita-se de seis mil arrobas para comprar um trator”*. Noutra comparação, *“mil e quinhentas arrobas comprava uma camioneta nova no tempo antigo, agora precisa de seis mil e setecentas arrobas”*. Nessa condição, *“quem vive da roça de algodão agora planta com trator velho e anda de camioneta caindo aos pedaços”*. Também se mostra firme dentre a imensa maioria que *“os tempos bons não voltam mais”*, pois o *“algodão no cerrado produz muito”* dizem os paranaenses, *“a cana tomou conta de tudo onde era plantado algodão”* falam os lemenses, *“ninguém mais arrenda com medo dos sem terra”* argumentam os proprietários do Pontal do Paranapanema. Também muitos relembram o fato de que *“quem sabia plantar algodão eram os velhos, os pais, que estão no fim da vida e grande parte deles não trabalha com algodão a mais de dez anos e estão desatualizados pois a técnica muda muito rápido”*. O surto de importações representou assim o dismantelamento da estrutura produtiva da cotonicultura meridional, mas não corresponde nem ao fim da história, nem sonhar com o *“rodar do relógio para trás”* na frase do velho imigrante

italiano que no passado produziu algodão, na sua versão para a percepção teórica de que *“história não se repete, se acontecer acontece como farsa”*, para então encerrar resignado “a prosa” com a frase fatídica, própria de amores antigos, *“foi bom enquanto durou”* referindo-se à sua vida com o algodão, que se viu obrigado a abandonar, ... com saudades expressas em lágrimas e um olhar resignado com o que lhe foi reservado pelo destino.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fracasso quase unânime das várias tentativas de revitalização da pequena e média produção de algodão, realizadas nas mais importantes unidades da federação brasileira relevantes para a cultura do algodão herbáceo, mostram que numa economia financeirizada e globalizada, os mecanismos contratuais conduzem à necessidade de inserção mais profunda na lógica de reprodução ampliada do capital. Assim, de pouca ou nenhuma valia tem se mostrado, na ótica da produção de *commodities*, as ações estatais de sustentação da cotonicultura de pequenas e médias lavouras.

Ainda que produtivas ou mesmo que consigam produções com custos inferiores aos verificados nos mega algodoais e até mesmo com produtividades similares a essas imensas

lavouras modernas dos cerrados, pela não soldagem com as teias de agronegócios que entrelaçam as cadeias de produção de *commodities*, as possibilidades de sucesso são pequenas, a não ser que a regulação e ação estatal direta produzam a catálise capaz de inserir o pequeno e médio cotonicultor nesse processo. Produzir muito e barato passa a ser uma contingência da obtenção de economias de escala, onde a massa de lucros se faz pela maior quantidade produzida e não pelo maior lucro unitário. Nesse processo perdeu-se um imenso contingente de cotonicultores na Zona Meridional, além dos impactos no emprego e na qualidade de vida desses lavradores e da imensa massa de trabalhadores rurais que atuavam na cotonicultura intensiva em trabalho.

Essa lógica das *commodities* forja as grandes lavouras e compromete a rentabilidade das pequenas e médias, cuja alternativa no algodão consiste em produzi-lo com diferenciação de produto e/ou com agregação de valor, ou seja, produzindo o algodão *descommoditizado* e realizando o processamento da produção conferindo singularidade ao produto final, inclusive explorando vantagens de origem. Mas na lógica da sociedade de consumo de massa e nas condições de inserção de economia aberta num mercado algodoeiro globalizado, a quantidade em escala para abastecimento das agroindústrias de têxteis e vestuário, exige produção farta e barata das grandes lavouras.

LITERATURA CITADA

DUARTE, L. Agricultura familiar deve receber atenção especial. Entrevista ao **Jornal A Gazeta**, 2005. Caderno Terra & Criação. Disponível em: <www.univag.com.br>. Acesso em: 26 jan. 2006.

MACÁRIO, J. Novos riscos para algodão no sudoeste. **Jornal A Tarde**, 26 set. 2005.

PROGRAMA DE INCENTIVO A CULTURA DO ALGODÃO - PROALMAT. **Breve histórico da cultura do algodão**. Mato Grosso, 2006. Disponível em: <www.proalmat.facual.org.br/proalmat.php>. Acesso em: 16 fev. 2006.

REGIÃO de Iporã dobra produção de algodão em um ano. **Jornal de Londrina**, 28 mar. 2004. Caderno Agronegócios.

SCARAMUZZO, M. Algodão ensaia nova retomada em São Paulo. **Valor Online**, 3 fev. 2005. Disponível em: <www.idcid.org.br>. Acesso em: 2 fev. 2006.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - SEAGRI. **Apoio a produtores do sudoeste e do Médio São Francisco teve o investimento dobrado**. Bahia, 12 ago. 2003b. Disponível em:

<www.seagri.ba.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2006.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - SEAGRI. **Pequenos produtores de algodão do sudoeste ganham programa especial da Seagri e Secomp**. Bahia, 21 out. 2002. Disponível em: <www.seagri.ba.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2006.

_____. **Produtividade do algodão cresce em 100% entre miniprodutores do sudoeste baiano**. Bahia, 13 abr. 2003a. Disponível em: <www.seagri.ba.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2006.

IMPACTOS DO FRACASSO DAS POLÍTICAS ESTADUAIS DE REVITALIZAÇÃO DA PEQUENA E MÉDIA COTONICULTURA

RESUMO: *Este trabalho destaca e analisa as principais tentativas de revitalização da cotonicultura com base em pequenas e médias lavouras, realizadas pelas principais unidades da federação brasileira que cultivam algodão. Constata-se que todas essas tentativas redundaram em fracassos não conseguindo recompor o dinamismo dessa lavoura nessas bases estruturais. Também verificou-se a enorme perda de capacidade produtiva e de emprego em função do desmonte da cotonicultura meridional, bem como os impactos negativos na qualidade de vida dos antigos cotonicultores.*

Palavras-chave: *cotonicultura meridional, políticas públicas, pequenas e médias lavouras, exclusão social.*

THE IMPACT OF FAILED STATE POLICIES FOR REVITALIZING MEDIUM AND SMALL AND LARGE COTTON BREEDERS

ABSTRACT: *This work highlights and analyses the major attempts made by the main Brazilian cotton-producing states to revitalize the cultivation of medium and small sized crops. It verifies that all those attempts failed to bring dynamism back to this type of production structure. Also, a huge loss of both production capability and employment resulted not only from the dismantling of the production in the states of Parana and Sao Paulo, but also from its negative impact on the old producers' life quality.*

Key-words: *cotton production, Sao Paulo, Parana, public policies, medium and small-sized crops, social exclusion*

Recebido em 01/08/2007. Liberado para publicação em 20/08/2007.